

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome	PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES
Local e Data de Nascimento	Aveiro, 16 de Novembro de 1981
Nacionalidade	Portuguesa
Morada Institucional	Alameda da Universidade – Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa Praça Nuno Rodrigues dos Santos, 14B, 1600-171, Lisboa – Portugal
Telefone	21 330 39 00 / 96 96 56 947
Correio electrónico	plopes@fd.ul.pt ; plopes@cardigos.com

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

01/2016	Doutoramento em ciências jurídico políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada “ <i>Derrotabilidade normativa e normas administrativas</i> ”. Aprovado com distinção e louvor por unanimidade (18 valores) Bolsheiro de doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP.
10/2010	Mestrado em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada “ <i>Princípio da boa fé e decisão administrativa: estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes</i> ”. Aprovado com 18 valores.
10/2005 – 06/2006	Pós-graduação em ciências jurídico-administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (IJCP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
09/1999 – 07/2004	Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Classificação final de 16 valores.

EXPERIÊNCIA ACADÉMICA

01/2016-presente	Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/PedroMonizLopes.aspx)
09/2008 – 09/2009; 09/2010 – presente	Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Disciplinas do 1.º ciclo (Licenciatura) leccionadas: - Direito Administrativo I e II; - Direito Constitucional I e II;

- Direitos Fundamentais;
- Ciência Política

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Ciência Jurídica*) leccionadas:

- Direitos Fundamentais
- Metodologia da Investigação Científica

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Prática Jurídica*) leccionadas:

- Políticas públicas
- Cooperação interadministrativa e transfronteiriça

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Ciência Jurídica*) leccionadas:

- Introdução ao Direito Público

01/2016 – presente	Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
01/2013 – 01/2016	Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

EXPERIÊNCIA EDITORIAL

12/2015 – presente	Director Executivo da Revista <i>e-Pública – Revista Electrónica de Direito Público</i> (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa) (http://e-publica.pt/quemsomos.html)
01/2014 – 12/2015	Director Executivo Adjunto da Revista <i>e-Pública – Revista Electrónica de Direito Público</i> (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01/2015- presente	Sócio da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL (Departamento de Direito Público, Regulação e Concorrência) (https://www.cardigos.com/pt/#!equipa)
06/2008 – 01/2015	Advogado Associado Sénior no Departamento de Projectos e Direito Público da Sociedade Cardigos e Associados – Sociedade de Advogados, RL
07/2013 – presente	Integrou como Presidente júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes (Administração central e municipal).
07/2014 – presente	Árbitro do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa (http://www.caad.org.pt/content/show/id/19/s/2#topmenu)

LÍNGUAS Português (língua materna); Inglês (fluyente); Castelhana (nível intermédio); Francês (nível intermédio); Alemão (nível de leitura).

PUBLICAÇÕES

Derrotabilidade normativa e normas administrativas (dissertação de doutoramento), Lisboa, AAFDL, 2019, em curso de publicação;

Legal Interpretation and Scientific Knowledge, Springer, 2019, D. DUARTE / P. MONIZ LOPES / J. SILVA SAMPAIO (Eds.), em curso de publicação;

The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts, Archiv für Rechts und Sozialphilosophie, Franz Steiner Verlag, 2019, M. NOGUEIRA DE BRITO / G. DAMELE / R. HERDY / P. MONIZ LOPES / J. SAMPAIO (Eds.);

Estudos de Teoria do Direito, vol. I, Lisboa, AAFDL, 2018;

Normas de competência de tutela administrativa in AA. VV., Organização administrativa: novos actores, novos modelos, vol. II, C. AMADO GOMES, A. NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2018, pp. 755-795.

(...) the appellant's mind and her forceful clarity «is all that Marie has left»". Sobre a dignidade, a autonomia e a moral, a propósito do caso Fleming v Ireland in J. REIS NOVAIS / T. FIDALGO DE FREITAS (Coord.), A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional. Almedina, 2018;

Balancing principles and a fortiori reasoning, D. DUARTE and J. SILVA SAMPAIO (Eds.), *The Principle of Proportionality in Law – an Analytical Approach*, Springer, 2018;

Conflitos de interesses na contratação pública: uma primeira abordagem (em co-autoria com M. TERESA CAPELA) in AA. VV., *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, C. AMADO GOMES, T. SERRÃO, M. CALDEIRA, R. PEDRO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 437-469;

The nature of competence norms, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, Springer (2017), https://rd.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-94-007-6730-0_223-1;

Legal norms as hypothetical imperatives, M.N.S. SELLERS and S. KIRSTE (Eds.), *Encyclopedia of Philosophy of Law and Social Philosophy*, M.N.S. SELLERS and STEPHAN KIRSTE (Eds.), Springer (2017), https://rd.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-94-007-6730-0_219-1;

The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles in Ratio Juris, vol. 30, issue 4, 2017, pp. 471-490;

Implicazioni derivanti dalla genericità nella (in)coerenza e nella (in)completezza dei sistemi giuridici in Diritto & Questione Pubbliche | XVII, 2017 / 1 (giugno) | pp. 275-327;

Comentário ao artigo 2.º do Decreto-Preambular («Regimes Especiais») in AA. VV., O Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas: Comentários à luz da Jurisprudência, C. AMADO GOMES, A. R. PEDRO, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2017, pp. 125-143.

A declaração de ilegalidade por omissão de planos urbanísticos in Contencioso dos planos urbanísticos: jurisdição administrativa e fiscal, Centro de Estudos Judiciários, outubro de 2018, e-book, pp. 25-65.

Separação de poderes, reserva de função administrativa e alocação normativa entre acto legislativo e regulamentar in AA. VV., X Encontro de Professores de Direito Público (Coord. A. GOUVEIA MARTINS, A. LEÃO, B. MAC CRORIE, P. FRAGOSO MARTINS), e-book ICJP-CIDP, 2017 (https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/e-book_x_encontroprofdirpub_0.pdf), pp. 33-83

Are we positive about positive law in a global sphere? A comment on Edouard Fromageau's "the Concept of Positive Law in Global Administrative Law" in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, n.º 6, (2015);

Objecto, condições e consequências da invalidade regulamentar no novo Código do Procedimento Administrativo in AA. VV., Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo, C. AMADO GOMES, A. FERNANDA NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2015, pp. 847-879;

Ilegalidades urbanísticas e medidas de reintegração: algumas questões a propósito da dicotomia procedimental entre licenciamento e comunicação prévia, in AAVV, A Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, Almedina, 2015, pp. 205-225;

Licenciamento de operações de tratamento de resíduos, margem de livre apreciação administrativa e precariedade do acto final, in AAVV, Direito dos Resíduos, Lisboa, ERSAR/FDUL, 2014;

O regime substantivo dos regulamentos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo: algumas considerações estruturantes in e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público, n.º 1, (2013), disponível em <http://e-publica.pt/pdf/artigos/regimesubstantivosdosregulamentos.pdf>;

Ponderação na revogação de actos administrativos inválidos, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 769-795;

Princípio da boa fé e decisão administrativa – estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes, Coimbra, Almedina, 2011 (dissertação de mestrado);

Princípios como induções deônticas: a previsão indutiva, o défice informativo e a derrotabilidade condicional nos princípios jurídicos, Revista Nomos, edição 1011.1,

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Brasil (2011), pp. 197-235;

Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa: enunciados constitucionais de preferência in *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, coord. C. BLANCO DE MORAIS, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 477-577;

O valor jurídico das normas de decisão jurisprudenciais, *O Direito*, n.º 140, n.º 3, (2008), pp. 645-695.

PRINCIPAIS CURSOS E PÓS-GRADUAÇÕES LECCIONADOS

Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 9 de março de 2019 – Direitos Fundamentais na Relação Desportiva,

Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 23 de fevereiro de 2019 – Licenciamento Único Ambiental;

Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 18 de janeiro de 2019 – Regulamentos: do procedimento e do regime substantivo;

Pós-graduação em Direito Bancário (CIDPriv.), 17 de outubro de 2018: “O poder regulamentar do Banco de Portugal”

Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, Conselho Regional da Ordem dos Advogados (Faro), 25 de maio de 2018, Ações sobre regulamentos (I): regime geral (declaração de ilegalidade com força obrigatória geral; declaração de ilegalidade sem força obrigatória geral; condenação à emissão de normas); Ações sobre regulamentos (II): a impugnação de planos urbanísticos em particular

Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública (17 de maio de 2018); intervenção: a decisão de não adjudicação, caducidade da adjudicação, habilitação, caução e celebração do contrato

Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Jurídicas de Cabo Verde – Procedimento Administrativo

Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 20 de abril de 2018 – Contencioso dos Regulamentos;

Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 17 de Abril de 2018, Ações sobre regulamentos (I): aspetos gerais sobre o regime procedimental e substantivo dos regulamentos administrativos

Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 3 de Março de 2018, – Direitos Fundamentais na Relação Desportiva,

Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 27 de Janeiro de 2018 – Licenciamento Único Ambiental;

Curso Pós-graduado em Direito da Contratação Pública (11 de janeiro de 2018);
intervenção: Não adjudicação e caducidade da adjudicação

Pós-graduação em Direito Administrativo, UCP Porto, 16 de dezembro de 2017
- Regime substantivo dos Regulamentos;

Curso Pós-Graduado de Actualização para Juízes do Estado de São Paulo
(APAMAGIS), 17 de Novembro de 2017, Faculdade de Direito de Lisboa:
“Princípio da boa fé em direito administrativo e regulamentos”

Pós-graduação em Direito Bancário (CIDPriv.), 11 de Outubro de 2017: “O poder
regulamentar do Banco de Portugal”

Pós-graduação em Acesso à informação administrativa: “Ponderação no acesso
à informação administrativa”, 22 de Junho de 2017

Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 11 de Abril
de 2017, Introdução ao regime substantivo dos regulamentos administrativos e
contencioso regulamentar

Pós-graduação em Direito Desportivo (FDUL), 21 de Janeiro de 2017, - Direitos
Fundamentais na Relação Desportiva

Pós-graduação em Direito do Sector Empresarial do Estado, das Regiões
Autónomas e das Autarquias Locais, FDUL, 9 de Abril de 2016, A criação de
empresas públicas estaduais

Pós-graduação em Contencioso Administrativo e Tributário, FDUL, 09 de Março
de 2016, Introdução ao regime substantivo dos regulamentos administrativos e
contencioso regulamentar

Pós-graduação em Direito Sancionatório Administrativo, 14 de Março de 2015,
As Garantias de Imparcialidade: o Problema da Cumulação de Poderes
Instrutórios e de Poderes de Decisão

Pós-Graduação em Direito do Urbanismo e da Construção, 5 de Dezembro de
2012, Os regulamentos técnicos da edificação. As normas jurídicas e as normas
técnicas

Lisboa, Abril de 2019